



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 DO CONSELHO GESTOR DAS UCs DA SABIAGUABA – CGS

(Decreto Nº 12.970/2012, 13.260/2013 | Portaria SEUMA Nº 50/2012, 03/2015 | LC Nº 0281/2019)

Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, com início às 10 horas e 30 minutos, realizou-se presencialmente, no Auditório da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente de Fortaleza (SEUMA), a 1ª Reunião Ordinária de 2025 do Conselho Gestor das Unidades de Conservação da Sabiaguaba (CGS). A reunião teve como pautas: 1) Informes Gerais; 2) Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária de 2024; 3) Aprovação do Calendário de Reuniões do CGS para o ano de 2025; e 4) Outros assuntos de interesse. A sessão foi iniciada pela secretaria executiva do conselho, que, após cumprimentar os presentes, constatou o quórum necessário para o início dos trabalhos. Esclareceu, de imediato, um equívoco no calendário de reuniões previamente enviado por e-mail, informando que uma errata seria emitida. Em seguida, orientou os participantes sobre os procedimentos da reunião e passou a palavra à presidência para o prosseguimento da pauta. Assumindo a palavra, Iraguassu Filho (Presidente e suplente SEUMA), saudou os conselheiros e observadores, garantindo o direito à palavra a todos. Ressaltou a relevância do encontro, que marcava a retomada das atividades do conselho após um lapso temporal significativo desde a última reunião, ocorrida em junho de 2024. Destacou a importância biológica da Sabiaguaba e procedeu a uma síntese da pauta do dia. No âmbito do primeiro item, “Informes Gerais”, informou que a reunião não conteria pautas deliberativas de processos, visando criar um momento aberto e participativo para a retomada dos diálogos. Anunciou que, ao final dos pronunciamentos, o coordenador de Políticas Ambientais, Gustavo Rocha (conv. CPA/SEUMA), faria uma apresentação sobre as ações de educação ambiental do projeto “Junho Verde”. Ato contínuo, abriu a palavra aos presentes. O observador Aurélio Lopes (obs. COLETIVO SABIÁ) manifestou a importância de que as futuras reuniões ocorressem nas imediações da Sabiaguaba, para aproximar o conselho da comunidade local. A presidência acolheu a sugestão, justificando que o presente encontro na sede da SEUMA visava promover a reaproximação institucional, mas comprometendo-se a articular a realização do próximo encontro no território. A proposta foi reforçada pelo conselheiro Vereador Gabriel Aguiar (CMFOR). Em resposta, o conselheiro Wladimir Braga (titular COBIO/SEMA), gestor do Parque Estadual do Cocó, ofereceu o espaço do Complexo Gastronômico da Sabiaguaba para as futuras reuniões, informando que poderia articular a iniciativa junto ao Instituto Dragão do Mar (IDM), proposta celebrada por todos os presentes. Dando prosseguimento, a presidência abriu o segundo item da pauta: “Aprovação da Ata da 3ª Reunião Ordinária de 2024”. Os conselheiros, Vereador Gabriel Aguiar (tit. CMFOR) e Dante Alighieri (tit. SETFOR), informaram não ter recebido o referido documento, consignada a necessidade de correção dos endereços de e-mail cadastrados. O conselheiro Rafael Tomyama (tit. CEPEMA), após parabenizar a SEUMA pela retomada das reuniões, colocou-se à disposição para sintetizar o conteúdo da



33 ata em questão, da qual foi o principal proponente. Recordou que o documento já havia sido apreciado e
34 corrigido em sessões anteriores. O conselheiro teceu críticas ao hiato de quase um ano sem reuniões e à
35 ausência de justificativa por parte da gestão anterior da SEUMA. Sugeriu uma nova dinâmica para as reuniões,
36 iniciando-as com informes atualizados sobre a situação da Sabiaguaba, como dados de fiscalização e autuações,
37 para o conselho exercer um papel proativo de acompanhamento, e não apenas homologatório de processos de
38 licenciamento. Retomou a discussão central da ata anterior, referente à retirada de areia da duna na Rodovia
39 CE-010 pela Superintendência de Obras Públicas (SOP). Questionou a legalidade da operação, apontando que
40 a licença ambiental, embora a SOP alegasse não ter prazo de validade, já havia sido prorrogada, o que indicaria
41 uma vigência definida. Criticou a anuência concedida pelo conselho no passado para que o licenciamento da
42 obra fosse realizado por órgão estadual, o que, em sua visão, representou uma cessão da competência de gestão
43 ambiental do Município. O conselheiro detalhou as consequências ambientais da operação, como a progressiva
44 degradação da duna – citando como exemplo o desaparecimento da duna de Jericoacoara – e os impactos na
45 dinâmica costeira. Ressaltou ainda que o Plano Diretor se encontra em processo de revisão, sendo uma
46 oportunidade para pôr fim à prática denominada como “puxadinho”, definida pelo conselheiro como a
47 aprovação fragmentada de pautas que alteram o plano sem ampla discussão. Por fim, solicitou
48 encaminhamentos urgentes: a convocação da SOP para prestar esclarecimentos e apresentar a documentação
49 da licença; a reiteração do convite para que o Ministério Público do Estado do Ceará, parte em acordo sobre o
50 tema, participe das reuniões; e a promoção de um estudo de alternativas para o problema. Em resposta, a
51 presidência reiterou o propósito da escuta da reunião e acolheu as sugestões. Deliberou que as próximas
52 reuniões ocorrerão na Sabiaguaba e que a SEUMA organizará uma visita técnica ao território. Comprometeu-se
53 a incluir, no início de cada sessão, informes gerais sobre as ações da Prefeitura na região e a convocar a SOP
54 para a próxima reunião, a fim de prestar os devidos esclarecimentos sobre a licença, cuja validade, após consulta,
55 foi confirmada por Rocha (CPA/SEUMA) como vigente até 2026. Submetida à votação, a Ata da 3ª Reunião
56 Ordinária de 2024 foi aprovada por unanimidade. No terceiro item da pauta, “Aprovação do Calendário de
57 Reuniões do CGS para o ano de 2025”, a secretaria executiva do conselho apresentou a proposta corrigida de
58 datas para as próximas reuniões ordinárias: 8 de agosto, 10 de outubro e 12 de dezembro de 2025. Após
59 discussão sobre a necessidade de conciliar as datas com a disponibilidade do Complexo Gastronômico da
60 Sabiaguaba, ficou deliberado por unanimidade que os meses de agosto, outubro e dezembro seriam mantidos,
61 cabendo à secretaria executiva confirmar os dias exatos junto à gestão do espaço (SEMA/IDM). Ver. Aguiar
62 (CMFOR) propôs a realização de uma reunião extraordinária antes do encontro de agosto, dado o acúmulo de
63 pautas urgentes. A presidência acatou a sugestão para deliberação interna e solicitou que todos os conselheiros
64 enviassem propostas de pauta à Secretaria Executiva no prazo de 15 dias, estendendo-o, ao final da sessão, para



30 dias. No ponto “Outros assuntos de interesse”, foram levantadas questões pertinentes à governança do conselho. A discussão foi iniciada a partir de um questionamento do observador representante do COLETIVO SABIÁ sobre o procedimento para integrar o colegiado, culminando na requisição de entrada da instituição. A secretaria executiva esclareceu, nesse momento, que a requisição deve ser formalizada via ofício e e-mail. Destacou-se, ainda, a necessidade de um processo de renovação das entidades da sociedade civil que compõem o colegiado, por meio de um novo chamamento público, a fim de atualizar a representatividade conforme a realidade atual do território. Foi também apontada a importância da nomeação de um gestor específico para as Unidades de Conservação da Sabiaguaba, para atuar como ponto focal para as demandas de gestão e fiscalização. Conforme previsto, Gustavo Rocha (SEUMA) realizou uma apresentação sobre as ações do programa “Junho Verde”, detalhando as atividades de educação e sensibilização ambiental promovidas pela secretaria, que incluíram passeios ciclísticos, capacitações, o Projeto Parada Verde para distribuição de mudas, limpeza de praias, “ativismo” ambiental e blitz educativa, algumas delas promovidas na Sabiaguaba. Por fim, uma vez finalizadas as tratativas e não havendo mais pronunciamentos pelos presentes, Iraguassu Filho (SEUMA) agradece a participação de todos e comunica o encerramento da reunião. Estiveram presentes representantes de 11 instituições dos 20 membros do colegiado:

Instituição	Representante
01 SEUMA	José Iraguassú Teixeira Filho (Suplente)
02 CEGOR/SEGOV	Tárik Vasconcelos Oliveira (Suplente)
03 SETFOR	Dante Alighieri Gaspar Lima (Titular)
04 SEPOG	Rosangela de Albuquerque e Silva (Suplente)
05 COBIO/SEMA	Wladimir Theotônio Braga Gonzaga (Titular)
06 CMFOR	Vereador Gabriel Aguiar (Titular)
07 PGM	Bruno Proença Alencar (Suplente)
08 CEPEMA	Rafael Tomyama Toledo (Titular)
09 AQUASIS / ABG / Instituto VerdeLuz	Iury Cruz Leite (Titular)
10 UFC	Gabriel Nuto Nobrega (Titular)
11 IMOBILIÁRIA M. TADEU LTDA	Manoel Tadeu Magalhães (Titular)

A reunião teve como participantes convidados: Gustavo Henrique Rocha (CPA/SEUMA); e observadores: Vanessa Medeiros Holanda (HABITAFOR), Fco. Aurélio Lopes (COLETIVO SABIÁ), Fca. Gleiciany Queiroz (COLETIVO SABIÁ) e Anderson Barbosa Araújo (CMFOR/GABGA). Lavram-se os autos, subscrevendo:

Secretaria Executiva do GGC

Ata aprovada por maioria absoluta em reunião realizada no dia 28 de agosto de 2025.